



## MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS

---

### **ASSESSORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO** **PARECER JURÍDICO 125/2025 – PLO 88 de 2025**

Parecer jurídico 125 ao PL 88/2025 que  
“Autoriza a abertura de crédito suplementar.”

#### **CONSULTA:**

Após solicitação do Presidente desta Casa quanto à legalidade do PL 88/2025, de autoria do Executivo Municipal, vem a Assessoria Jurídica do Legislativo emitir o presente parecer.

#### **PARECER**

Trata-se de Projeto de Lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal de Bom Jardim de Minas, que visa autorizar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 952.000,00, destinado a reforçar dotações orçamentárias vinculadas às Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Obras Públicas, Saúde, Esporte, Lazer e Turismo, bem como ao Departamento de Cultura, com vistas à execução de ações de reforma, calçamento, pavimentação, aquisição de máquinas e conservação do patrimônio histórico e cultural.

A iniciativa é legítima, uma vez que o artigo 44, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Bom Jardim de Minas atribui competência privativa ao Prefeito para propor leis sobre matéria orçamentária, e o artigo 57, inciso III, da mesma norma confere-lhe a iniciativa do processo legislativo.

No aspecto material, a proposição encontra amparo nos artigos 40, 41, inciso I, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, que define o crédito suplementar como aquele destinado a reforço de dotação orçamentária insuficiente.

No caso em exame, o artigo 43, §1º, inciso III, da referida norma permite expressamente a abertura de créditos suplementares mediante anulação de dotações orçamentárias, hipótese invocada pelo Executivo Municipal.

Nos casos em que o crédito suplementar se baseia exclusivamente em anulação de dotações, não há aumento real de despesa pública, mas apenas remanejamento interno de valores já previstos na Lei Orçamentária.



## MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS

Todavia, **deve acompanhar o projeto declaração formal de adequação orçamentária e financeira, subscrita pelo ordenador da despesa, atestando que a anulação proposta não compromete metas fiscais nem limites legais de despesa, em cumprimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).**

Portanto, o projeto está regular quanto à forma e iniciativa, devendo apenas ser complementado, caso ainda não conste nos autos, com a referida declaração de adequação orçamentária e financeira para fins de controle e transparência.

Ademais, sugere-se a inclusão de um artigo genérico (art. 4º), autorizando o Poder Executivo a promover os ajustes contábeis necessários à execução da presente lei, em conformidade com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o que assegura maior segurança jurídica e operacionalidade durante a execução orçamentária.

Recomenda-se, ainda, que a execução das alterações orçamentárias seja acompanhada pelo Controle Interno e posteriormente informada ao Legislativo, em cumprimento ao princípio da transparência previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Além das considerações acima, recomenda-se a correção de pequenas inconsistências formais e o aprimoramento da clareza do texto normativo, mantendo os quadros de dotações e classificações orçamentárias em anexo para melhor visualização.

Ressalta-se que, por se tratarem de ajustes meramente formais e de técnica legislativa, sem qualquer alteração de mérito, valor ou destinação orçamentária, as referidas adequações poderão ser incorporadas diretamente ao autógrafo da lei, antes de sua remessa à sanção, com a devida conferência da Comissão de Redação.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 88/2025, reconhecendo sua regularidade formal e material, dispensada a apresentação de planilha de impacto orçamentário-financeiro, por tratar-se de crédito suplementar lastreado unicamente em anulação de dotações



## **MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS**

---

orçamentárias, devendo apenas constar nos autos a declaração de adequação orçamentária e financeira firmada pelo ordenador da despesa.

Eis o parecer.

Bom Jardim de Minas, 06 de novembro de 2025.

  
**Dra. Ana Clara Cirilo de Paula**  
**OAB/MG 173.104**